

DESLOCAMENTOS TRANSNACIONAIS DE REFUGIADOS EUROPEUS: O TRABALHO RURAL EM COLÔNIAS DA AMÉRICA LATINA E DA ÁFRICA ORIENTAL

Transnational displacements of European refugees: Rural Labor in Latin American and East Africa Colonies

Nathan Lermen^a

 <https://orcid.org/0000-0002-2027-3298>

E-mail: lermen.nathan@gmail.com

^a Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

RESUMO

O trabalho aborda alguns dos projetos e empreendimentos colonizatórios propostos por organizações de ajuda humanitária. Esses projetos foram coordenados tanto durante quanto após a II Guerra Mundial, com o objetivo de atender a diferentes grupos de refugiados. O artigo aborda uma variedade de colônias agrícolas e projetos de reassentamentos rurais, destacando a presença significativa de imigrantes étnicos germânicos, italianos, balcânicos, poloneses, entre outros, que desempenharam papel fundamental na organização dessas iniciativas. As colônias agrícolas foram estabelecidas em diversas regiões da América e África, abrangendo países como Brasil, Argentina, Venezuela, Costa Rica, República Dominicana, Tanzânia, Uganda, Quênia, Rodésia do Norte e Rodésia do Sul. Este estudo parte de uma revisão da historiografia sobre a temática, com ênfase no debate sobre colonização e trabalho rural.

PALAVRAS-CHAVE

Refugiados. Trabalho Rural. Imigrantes.

ABSTRACT

The paper addresses some of the colonization projects and ventures proposed by humanitarian organizations. These projects were coordinated both during and after World War II, with the aim of assisting different groups of refugees. The article discusses a variety of agricultural colonies and rural resettlement projects, highlighting the significant presence of ethnic German, Italian, Balkan, Polish, among other immigrants, who played a crucial role in organizing these initiatives. The agricultural colonies were established in various regions of the Americas and Africa, spanning countries such as Brazil, Argentina, Venezuela, Costa Rica, the Dominican Republic, Tanzania, Uganda, Kenya, Northern Rhodesia, and Southern Rhodesia. This study builds upon a review of historiography on the subject, with an emphasis on the debate surrounding colonization and rural labor.

KEYWORDS

Refugees. Rural Labor. Immigrants.

O debate sobre a história do refugismo convida à incorporação de uma perspectiva transnacional sobre a temática, tanto pelos acontecimentos quanto pelos processos globais que desencadearam o deslocamento forçado de populações para além de fronteiras nacionais, como também por uma história que conecta diferentes experiências não centradas em um único Estado. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Europa experimentou um problema de grandes proporções envolvendo um número significativo de populações refugiadas e deslocadas dentro do continente.¹ A crise da economia e a impossibilidade de realocação/assentamento dessas pessoas em países europeus demandaram uma série de ajustes políticos, acordos internacionais e criação de órgãos de ajuda humanitária especializados em negociações que trataram da migração de inúmeras famílias para diferentes países.

Um ano após o fim da Segunda Guerra, foi criada a Organização Internacional de Refugiados (IRO) – posteriormente Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) – que se firmou como um dos principais instrumentos de apoio aos refugiados europeus, uma vez que objetivava, entre outras finalidades, o reassentamento destes em países terceiros. Sua atividade implicou em diversas ações conjuntas com instituições internacionais para alinhar os interesses entre o deslocamento e a necessidade por mão de obra de alguns países.

Segundo Ginesy (1948), mais de 50 milhões de pessoas foram deslocadas de seus locais de origem durante o conflito. Entretanto, ainda que um número considerável tenha conseguido retornar aos seus países originais, cerca de um milhão deste total decidiu por não regressar.² Essa indisponibilidade de retorno esteve atrelada a motivações de ordem político-econômica, uma vez que as reconfigurações territoriais tomadas durante e após a guerra atingiram diretamente o meio social de muitos países:

Os motivos que levaram este “milhão restante” – *last million*, como é conhecido na literatura especializada – a não optar pela repatriação foram, mormente, de cunho político, podendo-se citar, *inter alia*, a total perda de conexão com seus países de origem, os quais haviam sido anexados por outros ou tiveram instalados, no pós-guerra, novos regimes políticos e sociais (Andrade, 2005, p. 2).

A IRO exerceu um papel fundamental na resolução do problema envolvendo o milhão restante, pois sua constituição interna norteava as funções a serem desempenhadas pelo órgão em relação às pessoas desamparadas: repatriação, identificação, registro e classificação; auxílio e assistência; proteção jurídica e política; transporte e reassentamento dos refugiados são elencados como as prioridades da organização. Assim, pouco mais de 1.000.000 de pessoas foram reassentadas em pelo menos 65 países diferentes, a maioria fora do continente europeu (Andrade, 2005).

¹ Em 1946, a Organização das Nações Unidas distinguia as classificações “refugiados” e “deslocados” de forma distinta. A primeira aplicava-se para o indivíduo que saiu de seu país natal por razão do regime nazista, fascista ou franquista. A segunda categoria envolvia pessoas deportadas ou obrigadas a saírem de seus países de origem por motivações raciais, religiosas ou políticas. A partir de 1951, com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, as definições ligadas aos termos foram alteradas: “refugiado” passou a envolver todo aquele que fora perseguido por motivação política, cultural, nacional, religiosa ou racial e migrou para fora de sua nação de origem; “deslocado” foi definido como aquele que sofreu com as mesmas motivações, mas não migrou para além de uma fronteira internacional reconhecida. A categorização e a definição utilizadas por diferentes Estados, administrações regionais e instituições internacionais sobre os refugiados variaram no decorrer dos anos, cf: Banko; Nowak; Gatrell (2021).

² A composição étnica deste um milhão de refugiados correspondia a cerca de 275.000 poloneses, 200.000 judeus, 200.000 espanhóis, 190.000 lituanos e estonianos, 150.000 iugoslavos e 100.000 ucranianos (Stoessinger, 1956, p. 55 *apud* Andrade, 2005, p. 3).

Inúmeros casos de projetos migratórios envolvendo a realocação de refugiados foram organizados e postos em prática. Entretanto, o futuro dessas pessoas dependia da política imigratória adotada pelo país de destino, principalmente em relação a que tipo de trabalho esses refugiados poderiam exercer no novo território. O Brasil, por exemplo, deu preferência tanto para o trabalho urbano (voltado para a zona industrial de cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, além do desenvolvimento da indústria automobilística, química, farmacêutica e eletroeletrônica), quanto para o trabalho rural (voltado para o desenvolvimento de projetos agrícolas no território nacional). Já em países como o Canadá, os Estados Unidos, a Nova Zelândia e a Austrália, o interesse recaiu majoritariamente para o trabalho nas grandes cidades.³

Conforme Banko (2016), as negociações de trabalho e viagem foram organizadas por meio de acordos internacionais entre diferentes países. No caso latino-americano, como Argentina, Brasil e Venezuela, a entrada de pessoas no território era livre de fatores de gênero, estado civil e faixa etária. Por outro lado, no caso estadunidense, canadense e australiano, houve imposições que limitavam a entrada de imigrantes: estes deveriam ser jovens, solteiros e sem dependentes.⁴ Por uma delimitação temática, envolvendo o mundo do trabalho rural e sua relação com os imigrantes refugiados, ao longo do texto são apresentados uma série de colônias agrícolas e projetos de reassentamentos rurais em países latino-americanos e africanos, pois foram estes que preferiram suas políticas imigratórias ao campesinato.

OS CASOS LATINOAMERICANOS

No caso brasileiro, a proposta do governo visava a integração de trabalhadores considerados hábeis e qualificados nos setores industriais e agrícolas, alinhada ao objetivo de aumentar a produção, que passava por processos de mecanização e diversificação durante o período.⁵ Apesar disso, mesmo com o interesse da política externa brasileira nas negociações de imigração do pós-guerra, o país recebeu apenas 29.000 imigrantes do número total. Esse número reduzido de refugiados no país foi uma somatória de deficiências de ordens conjunturais e estruturais, tais como morosidade administrativa, falhas burocráticas, propaganda desfavorável à imigração, racismo, insuficiência de critérios para a seleção dos refugiados e deslocados, além da demora para a promulgação do Acordo Brasil-Comissão Preparatória (Andrade, 2005, p. 28-30).

À exemplo destas deficiências, em 1946, o Comitê Intergovernamental e o Subcomitê de Definições do Comitê Especial ligados a OIR reuniram-se junto ao delegado brasileiro encarregado que "não [se] quer[ia] reincidir no erro de admitir, por exemplo, japoneses, que mostraram ser inassimiláveis [...] [n]ós queremos de preferência reforçar nossa ascendência européia, após uma escolha tão rigorosa quanto possível" (Exposé, 1946b, p. 2 *apud* Andrade, 2005, p. 14).

Paralelamente às negociações entre o governo brasileiro e o Comitê Intergovernamental, que seguiam seu lento curso burocrático, o presidente Dutra decidira pelo envio de três comissões de seleção à Europa [...] Em fins de outubro, o grupo de seleção brasileiro já se encontrava a caminho da Europa, sem ter levado consigo, contudo, instruções quanto aos critérios de

³ Para uma análise sobre os perfis das entradas e as políticas imigratórias adotadas pelo Brasil, cf. Bastos; Salles; Paiva (2013).

⁴ Sobre estudos de refugiados que se estabeleceram em áreas urbanas, cf. Connell (2016) e Reimers (1981).

⁵ Sobre a política imigratória brasileira no pós-Segunda Guerra, cf. Salles, 2007.

seleção dos refugiados e deslocados, nem tampouco o cadastro da mão-de-obra necessitada no Brasil (Andrade, 2005, p. 15; 16).

A confusão administrativa enfrentada por parte do governo brasileiro só foi resolvida um ano depois, em 1947, quando o Conselho de Imigração e Colonização (CIC) definiu como prioridade migratória letões, lituanos, estonianos, ucranianos, russos brancos, poloneses e iugoslavos que passaram a chegar no território nacional. Um dos grupos refugiados do período, atendidos pela Schweizer Europahilfe (SEH), foram os suábios do Danúbio que migraram para o Estado do Paraná.⁶ Étnicos germânicos, habitantes da região correspondente à Iugoslávia, Romênia e Hungria, os suábios foram expatriados durante o governo de Josip Broz Tito devido ao apoio que deram às tropas alemãs durante a Segunda Guerra Mundial (Stein, 2011).⁷

Após as negociações entre as instituições anteriormente citadas e o governo federal brasileiro, que detinha um interesse crescente no cultivo do trigo com o objetivo de aumentar a produtividade e expandir a produção nacional, os suábios foram encaminhados para compor uma colônia agrícola no Brasil, especificamente em Guarapuava, no centro-sul do Paraná (Elfes, 1971, p.38). Com a regularização das propriedades, os suábios do Danúbio, cerca de 2500 pessoas, se estabeleceram entre 1951 e 1952, após a chegada de seis embarcações com os imigrantes, e fundaram a Colônia Entre Rios.⁸

Ao analisar a imprensa da época, Stein (2011) demonstrou que os políticos paranaenses prezavam pela chegada de imigrantes com um histórico de trabalho no campo, pois acreditavam que estes elevariam a qualidade do trabalho rural no município de Guarapuava:

Tais famílias seriam ocupadas como empregadas da cooperativa, o que segundo o órgão de imprensa, [...] *melhoraria suas condições de vida. Além disso, a cooperativa aperfeiçoará seus conhecimentos e lhes dará instrução em matéria agrícola.* Ou seja, além de ser justificada pela produção do cereal, a vinda dos suábios melhoraria as condições de vida de pessoas ‘menos favorecidas’ no local (Stein, 2011, p. 57).

A imprensa marcou um discurso baseado na existência de um progresso econômico graças à produção de trigo, experiência entendida como satisfatória, já que havia sido empreendida pelos suábios ainda na Europa, e à utilização de maquinário agrícola moderno. Muitos relatórios sobre a situação inicial da colônia foram escritos, como aqueles produzidos por Walter Gossner (1952), funcionário da Schweizer Europahilfe, que esteve envolvido com a realocação dos refugiados de guerra. Em seu relatório, Gossner acreditava que o empreendimento de Entre Rios seria bastante satisfatório por conta do que denominou de “*Menschenmaterial*” (material humano), pois para ele, Entre Rios foi colonizada por famílias que estavam acostumadas com o trabalho agrícola e com diferentes técnicas de cultivo. Ao longo do documento, o autor elenca uma série de adjetivos em

⁶ A SEH, criada em 1947 na Suíça, foi responsável pelo gerenciamento de fundos coletivos e sua distribuição em atividades de ajuda emergencial direcionadas aos refugiados, como a criação de moradias, cursos de treinamento, promoção de imigração, reassentamento e integração, cf. Böse (1993).

⁷ Originalmente oriundos do que atualmente corresponde ao sul da Alemanha, os suábios migraram para o leste europeu no século XVIII, incentivados pelo imperador Leopoldo da Áustria, sob o objetivo de ocupar uma região que havia sido recém recuperada dos turcos pelas tropas do Império Austro-húngaro, cf. Stein (2011).

⁸ Nos últimos anos, diversas publicações têm abordado diferentes perspectivas e dimensões relacionadas à migração suábica para o estado do Paraná, tais como: Gärtner; Klanovicz (2015), Olinto; Stein (2020), Santos (2022) e Salis (2023).

relação ao povo suábio, tais como “sadios” (*gesund*) “progressistas” (*fortschrittlich*), “aplicados” (*strebsam*), “diligentes” (*fleissig*), e “resistentes” (*widerstandsfähig*).⁹

A colônia sofreu, nos primeiros anos, várias crises de ordem financeira e más colheitas, ocasionadas por problemas climáticos e técnicos. Os arados europeus, por exemplo, não sulcavam a terra da mesma maneira que ocorria na Europa, pois eram muito pesados para os cavalos da região. Além disso, a produção de trigo não era tão lucrativa devido ao solo pouco adubado, e apesar dos químicos disponíveis, os suábios estavam acostumados com a adubação a partir de fertilizantes naturais que não eram encontrados na localidade. Problemas envolvendo distribuições de terras, crises internas, reemigrações, construções de residências e safras insuficientes permaneceram por anos na localidade e só se estabilizaram com a ampliação das áreas de cultivo e a modernização dos equipamentos agrícolas ao longo da década de 1960 e 1970.¹⁰

O caso guarapuavano não se firma como único em meio a tantas outras colônias fundadas na América Latina do antes e no pós-guerra. A historiadora venezuelana Catalina Banko, em seu estudo sobre os imigrantes eslavos na Venezuela, aponta que, em 1938, o governo venezuelano criou o Instituto Técnico de Imigração e Colonização (ITIC) sob objetivo de conduzir a modernização e desenvolvimento técnico agrícola do país. Havia uma insuficiência produtiva que exigia o estabelecimento de “agricultores, trabalhadores qualificados, técnicos, industriais, artesãos, agrônomos, agrimensores e engenheiros, profissões consideradas as mais adequadas para aumentar a riqueza nacional”¹¹ (Banko, 2016, p. 65).

Em 1947, a Venezuela firmou um acordo conjunto com a Organização Internacional para Refugiados (OIR) em que se dispôs a receber refugiados da Segunda Guerra Mundial sob condição de 40% do total de imigrantes destinados ao país serem agricultores.¹² A demanda pelo trabalho agrário e a exigência profissional como condição primária para a imigração levaram muitos dos refugiados que possuíam profissões variadas, como farmacêuticos, professores, médicos, químicos e engenheiros, por exemplo, a se declararem lavradores com o objetivo de conseguirem o visto necessário para o abrigo. As famílias polonesas, húngaras, romenas e búlgaras se estabeleceram então na Fazenda Mampote, onde se dedicaram ao trabalho rural, e nas colônias agrícolas de Chirgua (Carabobo), Mendoza (Miranda), Rubio e Tamá (Táchira).¹³

Em 1947, os primeiros navios chegaram a Caracas com os imigrantes vindos dos campos de refugiados. Uma ação conjunta entre o Comitê da Cruz Vermelha Venezuelana e o Rotary Club mediarão a inserção dos imigrantes nas terras e nos centros urbanos venezuelanos.

As estatísticas oficiais nos permitem constatar que, entre 1940 e 1957, os italianos, espanhóis e portugueses constituíam quase 70% do total de 526.655 imigrantes. Somente 18.802 pessoas eram provenientes de países do leste europeu, o que representava apenas 3,57% dos estrangeiros que chegaram ao país naquele período. A sua composição por nacionalidades era a seguinte: 22 albaneses; 185 búlgaros; 1.467 tchecoslovacos; 243

⁹ Para uma análise das impressões de Gossner em relação à colônia, ver Stein (2011).

¹⁰ Sobre as dificuldades econômicas e estruturais, cf. Michelz (1989) e Böse (1993).

¹¹ “Agricultores, obreros calificados, técnicos, industriales, artesanos, agrônomos, agrimensores e ingenieros, ocupaciones reputadas como las más idóneas para incrementar la riqueza nacional.”

¹² Sobre a política migratória venezuelana no processo de espacialização da migração global, cf: Huhn; Rass (2018).

¹³ Na década de 1930, uma crise agrícola estabeleceu-se na Venezuela. A crise foi causada por uma combinação de fatores, incluindo a queda dos preços internacionais dos produtos agrícolas, a diminuição da demanda por esses produtos e a falta de investimento em tecnologia agrícola (Rivas Aguilar, 1989). O estabelecimento de estrangeiros em território venezuelano aumentou a partir do Plano Trienal (1938-1941), um programa de modernização econômica e social nacional. Após a criação do ITIC, buscou-se desenvolver o setor agrícola por meio de um sistema de “imigração dirigida”, com estrangeiros orientados a ocupar colônias.

estonianos; 3.341 húngaros; 697 letões; 831 lituanos; 4.178 poloneses; 1.467 romenos; 2.672 russos e 3.159 iugoslavos¹⁴ (Banko, 2016, p. 68).

Ainda que o foco principal do trabalho de Banko tenha recaído sobre os europeus orientais em território venezuelano, a autora constatou uma forte presença italiana nos registros de imigrantes no período. Assim como a Venezuela, a Argentina também recebeu uma quantia significativa de estrangeiros desse país no período pós-Segunda Guerra. Giuseppe Benedini (2013), ao estudar as missões de assistência técnica e a imigração rural italiana para a Argentina, trabalhou com diferentes fontes políticas sob objetivo de orientar a história da chamada “imigração dirigida” que, na década de 1950, buscava por assentamentos rurais latino-americanos com potencialidades de recepção dos imigrantes.¹⁵ O autor comenta que o governo estadunidense, que até então possuía políticas de controle sobre a imigração no pós-guerra, financiou, por meio da *Economic Cooperation Administration* (ECA), investimentos de iniciativa pública e privada europeia em países latinos. México e Brasil aceitaram tais investimentos e alteraram suas leis de imigração para atrair trabalhadores europeus e asiáticos. Para Bendini (2013, p. 116):

Isso se deve principalmente ao fato de que, a partir de 1950, o Plano Marshall modificou suas diretrizes operacionais: não mais assistência direta aos governos da Europa (onde as exportações americanas caíram 30% no ano anterior, devido à reativação das indústrias nacionais), e apoiou empresas que investiram em terceiros países da área do dólar.¹⁶

Ao final dos anos 1940, organizações como a UNRRA (*United Nations Relief and Rehabilitation Administration*) e a própria IRO promoveram tratados bilaterais que envolveram milhares de famílias camponesas europeias oriundas de países densamente povoados e com um histórico econômico rural predominante (Itália, Iugoslávia, Espanha e Polônia). Era uma forma desses países europeus lidarem com o excesso de trabalhadores sem funções e em condições precárias de vida, enquanto os países latino-americanos precisavam de força de trabalho para o desenvolvimento econômico.

Cerca de meio milhão de trabalhadores italianos chegaram à Argentina entre 1946 e 1960 destinados ao setor industrial.¹⁷ O governo peronista subsidiava a imigração promovendo o pagamento da passagem e dos gastos iniciais, assim como assegurava o assessoramento a boas condições de trabalho e cursos de formação/especialização. Entretanto, a imigração rural argentina foi consideravelmente menos intensa que a urbana, por pelo menos duas razões, uma de ordem internacional e uma segunda de ordem nacional. A primeira envolvia a tensão entre o governo de Buenos Aires e Washington, uma vez que, com o lançamento do Plano Marshall, o governo argentino acreditava estar

¹⁴ “Las estadísticas oficiales nos permiten constatar que, entre 1940 y 1957, los italianos, españoles y portugueses constituían casi el 70 por ciento del total de 526.655 inmigrantes. Solamente 18.802 personas provenían de países ubicados en Europa del Este, lo que representaba apenas el 3.57 por ciento de los extranjeros que arribaron al país en ese período. Su composición por nacionalidades era la siguiente: 22 albanos; 185 búlgaros; 1.467 checoslovacos; 243 estonianos; 3.341 húngaros; 697 letones; 831 lituanos; 4.178 polacos; 1.467 rumanos; 2.672 rusos y 3.159 yugoslavos.”

¹⁵ É pertinente ressaltar que o país recebeu diversos outros grupos de imigrantes, incluindo os suábios do Danúbio.

¹⁶ “Esto se debió principalmente al hecho de que, a partir de 1950, el Plan Marshall modificó sus directrices operacionales: no más asistencia directa a los gobiernos de Europa (donde las exportaciones americanas disminuyeron en 30% durante el año anterior, en virtud de la reactivación de las industrias nacionales), y sí apoyo a empresas que invertían en países terceros dentro del área del dólar.”

¹⁷ Conforme Ballinger (2012), cidadãos italianos migraram não só para América Latina, como também para uma variedade de territórios presentes na África e nos Balcãs, como Eritreia, Etiópia, Somália, Albânia, Venezia Giulia e Valle d'Aosta. Territórios estes que antes estavam sob controle da Itália, mas foram perdidos com o Tratado de Paz de 1947.

integrado como país abastecedor subsidiário de cereais, o que não ocorreu na prática. A segunda envolvia a indisponibilidade de terras férteis para o cultivo, pois as ideais ao plantio já estavam ocupadas desde o século XIX, restando somente alguns territórios nas províncias andinas de Salta, Jujuy e Tucumán, apresentadas como de interesse pelo governo italiano, conforme informações do Consulado Italiano em Córdoba (Benedini, 2013). Finalmente, colônias de imigrantes italianos foram estabelecidas em diversas cidades argentinas como La Plata, Bahía Blanca, Rio Negro, Mendoza, Córdoba, Florencio Varela e Melchor Romero (Capuzzi, 2006).

Somente em 1952, após um acordo mais estreito entre a Argentina e a Itália que favoreceu a união de núcleos familiares e regulamentou a garantia de assistência aos imigrantes pobres, foram selecionados trabalhadores especializados no trabalho rural com destino aos referidos campos argentinos. No entanto, apenas uma pequena parcela de imigrantes conseguiu se estabelecer em colônias agrícolas de terras públicas, pois o peronismo não havia conseguido realizar a reforma agrária prometida. Os outros estrangeiros precisaram ser realocados em Buenos Aires contribuindo “assim para o aumento da macrocefalia da qual a Argentina sofreu e ainda sofre, em relação a sua capital.”¹⁸ (BENEDINI, 2013, p. 118, tradução nossa).

Grupos de refugiados italianos também participaram de um projeto de desenvolvimento rural na Costa Rica. Conforme Weizmann (1985), em 1949, a “*Società Italiana di Colonizzazione Agricola*”, em organização conjunta com a IRO e o “*Instituto de Tierras y Colonización* (ITCO)”, organizou a ida de colonos oriundos de pelo menos quarenta localidades distintas da Itália, mas principalmente em relação àqueles afetados pelo êxodo juliano-dálmata, uma diáspora caracteriza pela saída forçada de étnicos italianos de Istria, Fiume e Dalmácia (Croácia) após a anexação dos territórios à Iugoslávia de Tito. Os italianos se estabeleceram no distrito de San Vito, em Coto Borus, para o plantio de café e algodão sob mediação de uma cooperativa agrícola. O plano de colonização de San Vito objetivava ao povoamento de áreas inabitadas no país e suas áreas periféricas, bem como incentivava o financiamento internacional que se dava por meio de empréstimos bancários e de aquisição de terras. Foram cerca de 250 famílias distribuídas em dez mil hectares que optaram por permanecer na colônia, dedicando-se principalmente à produção de café e outras culturas de subsistência desde a sua fundação.

Um caso semelhante ao de San Vito foi Sosúa, um pequeno município litorâneo da República Dominicana, lar de uma comunidade e colônia agrícola no Caribe, considerada a primeira colônia com a intenção de refúgio aos judeus europeus perseguidos durante o nazismo. De acordo com Gigliotti (2006), a colônia foi construída na costa norte da República Dominicana em apoio conjunto entre filantropos judeus estadunidenses, organizações de ajuda judaica, o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, e o presidente dominicano, Rafael Trujillo. Ainda que o esquema de reassentamento original contasse com uma estimativa de 100.000 judeus, a localidade nunca ultrapassou o pico de 500 pessoas.

Sua formação está ligada ao ano de 1938, a partir da Conferência de Evian, que reuniu 30 países com a intenção de lidar com a crise de refugiados judeus perseguidos na Europa central. A República Dominicana, sob comando de Rafael Trujillo, ofereceu a possibilidade de reassentamento para milhares destes judeus europeus a partir de duas motivações principais: limpeza de imagem do governo dominicano e “aprimoramento da raça”. Um ano antes da conferência, cerca de 15 mil camponeses haitianos, cortadores de cana que trabalhavam nas regiões fronteiriças da região dominicana, foram massacrados por militares a mando de Trujillo. A repercussão negativa dessa ação fez com que Trujillo

¹⁸ “Así a aumentar la macrocefalia de la cual sufría, y todavía sufre, la Argentina en relación a su capital.”

fosse considerado um "pequeno Hitler do Caribe", e por isso a possibilidade de oferecer terras aos judeus poderia amenizar os atos do ditador com a diplomacia internacional.

Sosúa também pode ser compreendida como uma das tentativas da República Dominicana para recrutar mão de obra europeia para colonização agrícola, sob a intenção maior de "aprimorar" a raça dominicana e reforçar a distinção com o lado haitiano, pautado em uma identidade afro-caribenha. Até o fim da década de 1930, a imigração judaica em território dominicano estava proibida, mas devido à demanda pela modernização dos campos, a possibilidade foi reaberta. Os judeus eram tradicionalmente difamados e tratados como "marginais" nos debates de imigração, mas foram então reinventados a partir de uma necessidade econômica e de branqueamento populacional por parte do governo dominicano (Gigliotti, 2006, p. 27-28).

Com a oferta de Trujillo, a "*Refugee Economic Corporation of New York*" em colaboração com o comitê consultivo de Roosevelt para a política de refugiados, investigou as terras de Sosúa que foram designadas como impróprias para a agricultura, devido à baixa pluviosidade, muitos afloramentos rochosos e solos rasos. Ainda que diversos aspectos não favoráveis à colonização tenham sido elencados, com a invasão à Polônia em 1939, a organização de reassentamento de judeus na Alemanha e Áustria se tornou mais difícil. Decidiu-se pela manutenção do projeto por parte de Roosevelt, que fundou a *Agro-Joint (American Jewish Joint Agricultural Corporation)* e forneceu \$200.000 como subsídio inicial. Em 1941, havia cerca de 350 colonos alemães, austríacos, húngaros, tchecoslovacos e russos em Sosúa. Quando chegaram à República Dominicana, os imigrantes foram alocados em quartéis e, posteriormente, enviados para fazendas onde deveriam produzir e reembolsar o investimento dado pelo governo americano.

Nos primeiros anos de existência, a colônia se desenvolveu em forma de cooperativa agrícola a partir da produção de milho, fumo, coco, laranja, banana, feijão, abacaxi, batata e mamão. Do total de imigrantes, metade da população judaico-alemã tinha mais de 50 anos e apenas 1,5% de fato era composta por agricultores:

Entre março de 1940 e junho de 1941, nasceram seis crianças, vários divórcios foram concedidos e houve dois casamentos entre refugiados e mulheres dominicanas. Em 30 de junho de 1942, a população de colonos em Sosúa era de 472 pessoas, com 104 casais, 158 homens solteiros, 38 mulheres solteiras e 68 crianças menores de 15 anos. Enquanto o número de pessoas que 'passaram por' Sosúa entre 1940 e 1955 foi estimado em cerca de 670. Sosúa deteve em seu pico de população judaica permanente em 476 no ano de 1943. A migração de entrada ocorreu juntamente com expulsões, pois os colonos também foram removidos da colônia para falta de desempenho e não adaptação¹⁹ (Gigliotti, 2006, p. 34).

Diferentes dificuldades atingiram o cotidiano dos trabalhadores da colônia, como uma epidemia de malária, indisponibilidade de terras para todos, altos custos de produção para colonos, superlotação, técnicas agrícolas ineficientes e transporte deficiente de distribuição de produtos. Com o fim da Segunda Guerra, houve um número considerável de colonos que reemigraram para outras localidades, como Nova York. As razões para isso

¹⁹ "Between March 1940 and June 1941, six children were born, several divorces were granted, and there were two marriages between refugees and Dominican women. By 30 June 1942, the settler population at Sosúa was 472 persons, with 104 married couples, 158 single men, 38 single women and 68 children under 15. While the number of people who 'passed through' Sosúa between 1940 and 1955 has been estimated at around 670, Sosúa operated at its peak permanent Jewish population of 476 in 1943. Incoming migration occurred alongside expulsions, as settlers were also removed from the colony for lack of performance and non-adjustment."

se centravam na pouca adaptação à vida rural, já que muitos eram originários de grandes cidades e com carreiras profissionais distintas. Ademais, os colonos reclamavam que não havia oportunidade de estudos na região e temiam que seus filhos, então cidadãos daquele país, fossem obrigados a servir o exército dominicano (GIGLIOTTI, 2006). No início do século XXI, menos de dez famílias judias ainda residiam na área rural de Sosúa - a localidade realocou seu desenvolvimento econômico do ramo agrícola para se tornar um município com foco no turismo, por conta de suas praias vizinhas.

OS CASOS AFRICANOS

A presença de refugiados europeus em reassentamentos rurais também se deu em território africano. À exemplo dos poloneses na África Oriental que ocuparam especificamente territórios de colonização britânica, como Tanganyika, Uganda, Quênia, Rodésia do Norte, Rodésia do Sul e África do Sul.²⁰ Os dois primeiros territórios citados, abrigaram a maior quantidade de refugiados europeus nas colônias de Tengeru (Tanganyika, atual Tanzânia) e Masindi (Uganda). Estes assentamentos de refugiados poloneses na África colonial britânica se deram a partir da deportação em massa dos nacionais por parte do governo soviético ao controlar a região. As autoridades soviéticas ao se estabelecerem no território polonês, segregaram populações consideradas de alta ameaça, como os colonos que ali receberam terras na década de 1920, silvicultores, soldados, professores, cientistas, padres e ativistas (NOWAK, 2019, p. 95). Alguns dos refugiados eram familiares dos oficiais executados no Massacre da Floresta de Katyń (1940), já outros provinham de campos de trabalho forçado em assentamentos remotos no Uzbequistão, Cazaquistão e Sibéria, como também havia a presença de trabalhadores dos Colcoz, uma forma de propriedade rural coletiva, típica da União Soviética, em que os colcozianos (camponeses) integravam uma cooperativa de produção agrícola coletiva.²¹

Em decorrência do pacto Sikorski-Maisky, os poloneses conseguiram possibilidade de deportação para locais considerados seguros.²² O governo inglês interferiu e mediou a imigração dos cidadãos que foram mandados para quatro regiões: Índia, México, Nova Zelândia e os países já citados na África colonial britânica, em caráter temporário. Com a chegada dos primeiros refugiados via mar de Karachi, o cônsul geral da Polônia para a África Oriental, Michał Wierusz-Kowalski, ficou encarregado de investigar as oportunidades de emprego para os refugiados naqueles países. Ficou-se estabelecido que os poloneses deveriam desempenhar um papel na agricultura da região, a partir da modernização da produção com o empréstimo de máquinas e equipamentos agrícolas estadunidenses e britânicos (Warlik, 2019, p. 119-120).

Quando os imigrantes chegaram no território da Rodésia, se depararam com outros judeus e gregos refugiados, além de poloneses da elite oriundos do Chipre que escaparam da Polônia via Romênia após a primeira invasão nazista no país em 1939. As condições dos assentamentos eram relativamente boas, especialmente em comparação com outros campos para refugiados encontrados na Europa.²³ Julian Suski, então representante do governo polonês, foi a Tengeru e mencionou que a colônia correspondia a uma “vila de

²⁰ O trabalho de Katarzyna Nowak (2019) explora um episódio de resistência dos imigrantes frente a uma realocação forçada de mudança da região sul africana para a Itália. O artigo examina a situação dos refugiados à margem da ajuda internacional e as negociações/mobilizações dos refugiados frente aos discursos dominantes. O governo britânico desautorizou e negou a compra de terras por parte do governo polonês, uma vez que a permanência destes no território foi uma solução temporária para a crise dos refugiados poloneses.

²¹ As razões para o deslocamento foram, principalmente, as consequências da Guerra Polaco-Soviética (1919) e a invasão nazista no território polonês (1939) (Warlik, 2019, p. 184).

²² O tratado concedeu anistia aos poloneses capturados após a invasão soviética na Polônia.

²³ Sobre um estudo detalhado envolvendo a presença de poloneses na sociedade rodesiana, cf. Tavuyanago *et al.*, 2012.

férias modestamente organizada bem à frente dos assentamentos rurais no leste e centro da Polônia”²⁴ (Nowak, 2019, p. 97).

Em Nairobi, a maioria dos refugiados nas colônias africanas eram de origem agrícola. Embora não estivessem familiarizados com o clima e o solo africano, eles tinham experiências em relação ao cuidado, cultivo e criação de plantas e animais. Wierusz-Kowalski, por exemplo, encarava a situação dos refugiados na África como uma oportunidade de reserva de mão de obra capaz de deslocar a experiência de trabalho que tiveram em campos europeus para os campos africanos. No caso de Uganda, com os assentamentos de Koja e Masindi, houve um esforço por parte da comunidade polonesa no fomento de sua própria comida. Foram criados na década de 1940, criadouros, abatedouros, açougues e indústrias de laticínios nos arredores das colônias a partir de uma mão de obra tanto europeia quanto africana:

A população africana não só viu os refugiados trabalhando nas fazendas dos acampamentos, como também trabalhou ao lado deles. Campos de trabalho africanos foram montados ao lado dos campos de refugiados maiores, e os africanos foram designados para trabalhar dentro dos campos em novos projetos de construção, reparos e renovação de edifícios existentes, controlando o crescimento da vegetação selvagem dentro dos campos para conter os vermes, limpando a terra para a agricultura e atuando para a mão-de-obra agrícola. Os africanos das aldeias vizinhas trabalhavam como carteiros, guardas de segurança, nas cozinhas e hospitais, e como 'meninos domésticos'. Os poloneses não permitiram que a presença de africanos os impedisse de perseguir seus objetivos de autossuficiência, ao contrário, eles se viram utilizando mão de obra africana para ajudar a alcançar isso²⁵ (Warlik, 2019, p. 102).

As colônias de Tengeru e Tanganyika foram as mais bem sucedidas em relação à produção, ainda que muitas dificuldades tenham sido presenciadas pelos agricultores. Em relação à limpeza das selvas, as únicas ferramentas disponíveis, em meados da década de 1940, eram os machados e as pangas (uma lâmina larga usada no sul africano, semelhante ao facão). Além disso, a presença de víboras causou numerosos acidentes com os trabalhadores, ao passo que diferentes pragas e doenças afetaram as plantações.

Os acampamentos ofereciam disponibilidade de emprego na educação, tanto para homens quanto para mulheres, inclusive em internatos. Engenheiros técnicos, botânicos, silvicultores, padres, freiras, cientistas do solo e outros sem qualificação formal foram empregados como professores. Pelo menos 80% do grupo polonês enviado aos campos africanos era composto por mulheres e crianças, pois a população masculina cumpria a obrigatoriedade militar na Europa. Essa escassez de homens nos campos fez com que as mulheres não ficassem restritas ao trabalho de ensino, como tradicionalmente ocorria na Polônia.

Em uma pesquisa elaborada por Wanda Warlik, a historiadora apresentou o caso de Julia, mãe de dois filhos e esposa de um militar prisioneiro de guerra que atuou nos registros

²⁴ “Modestly organised vacation village well ahead of rural settlements in eastern and central Poland.”

²⁵ “The African population not only saw the refugees working on the camp farms, they worked alongside them. African labour camps were set up next to the larger refugee camps, and Africans were assigned to work inside the camps on new building projects, repairs and renovation of existing buildings, controlling the growth of wild vegetation inside the camps to keep down vermin, clearing land for farming, and as farm labour. Africans from nearby villages worked as postmen, as security guards, in the kitchens and hospitals, and as 'house boys'. The Poles did not allow the presence of Africans to prevent them from pursuing their goals of self-sufficiency, rather, they found themselves utilizing African labour to help achieve this.”

de recém-chegados e na redação de cartas à Polônia informando casos de mortes para familiares que ficaram na Europa. Parte do trabalho de Julia esteve centrado na tentativa de convencer o retorno de um grupo de meninas que deixaram os campos para trabalharem como prostitutas na área urbana de Ndola (Zâmbia). Em testemunho, Jadzia, 17 anos, disse:

Eu preciso de dinheiro. Eu tenho que me preparar de alguma forma porque nunca poderei voltar para a Polônia. Nunca mais poderei ver minha mãe. Eu não seria capaz de mentir para ela, e se ela descobrisse o que eles fizeram comigo, seu coração iria quebrar. Eu tinha 14 anos, quando [após a prisão soviética] durante o interrogatório, fui repetidamente estuprada em uma mesa enquanto vários homens sentados ao redor dela observavam e riam. E então... Talvez o que estou fazendo agora esteja errado, mas pelo menos estou fazendo de livre e espontânea vontade²⁶ (Filipczak-Puchalska, 2002, p. 80 *apud* Warlik, 2019, p. 123).

Muitas mulheres participaram ativamente do trabalho na terra e experimentaram um pequeno grau de independência que veio dos salários recebidos por parte das autoridades britânicas. Entretanto, a prostituição foi frequente nos núcleos coloniais africanos, visto que por vezes os montantes que recebiam eram insuficientes para garantir estabilidade e/ou fomentar o reencontro com parentes até então perdidos. Inclusive, algumas mulheres já haviam sido presas e deportadas do leste da Polônia por prostituição, mas com a anistia rumaram, junto com outras famílias de militares, para o Irã e posteriormente para o sul africano. A prática da prostituição não era considerada um crime, mas encarada como uma ofensa à moralidade. Nos campos de Uganda e Masindi, muitas mulheres foram transferidas para áreas segregadas, diagnosticadas como "débeis mentais" e tratadas em hospitais psiquiátricos próximos às áreas urbanas (WARLIK, 2019, p. 138-140). A incerteza em relação ao futuro permeava o cotidiano dessas mulheres, especialmente as mais jovens, solteiras e sem familiares vivos. Elas não tinham certeza se permaneceriam no território africano nos próximos anos ou se seriam enviadas de volta ao leste europeu sem qualquer fundo de reserva.

Havia um total de 18.194 refugiados poloneses nos campos africanos. Os números variavam em diferentes territórios, com Uganda abrigando 6.056 refugiados, Tengeru com 4.045 e Quênia com 549. Durante a década de 1950, a IRO reduziu o investimento e amparo às colônias africanas e coordenou ações de transporte dos poloneses para destinos diversos, como França, Canadá, Egito, Haiti, Argentina, Nova Zelândia, Austrália, Marrocos, Reino Unido e Suécia. Quase um em cada cinco foi reunido com suas famílias na Polônia, e quase mil poloneses foram aceitos permanentemente nos territórios africanos (Lingelbach, 2020). Após a retirada dos refugiados poloneses dos assentamentos na África, muitos dos locais foram abandonados ou reutilizados para outros fins. Alguns dos assentamentos foram transformados em instalações militares ou utilizados para outros propósitos governamentais.²⁷ Por exemplo, a colônia de Tengeru, na Tanzânia, foi convertida em uma escola agrícola, enquanto Morogoro foi readaptada como base militar do exército tanzaniano, e o assentamento na Zâmbia foi abandonado, deixado em ruínas.

²⁶ "I need money. I have to set myself up somehow because I can never go back to Poland. I can never see my mother again. I wouldn't be able to lie to her, and if she found out what they did to me, her heart would break. I was 14 years old, when [following Soviet arrest] during interrogation, I was repeatedly raped on a table as a number of men sitting around it, watched on and laughed. And then ... Perhaps what I am doing now is wrong, but at least I am doing it of my own free will."

²⁷ Para a história de refugiados poloneses na Zâmbia, cf. Tembo (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos explorados no artigo envolvem uma série de empreendimentos direcionados ao trabalho rural de refugiados europeus que estavam em campos de ajuda à espera de reassentamento. Em todas as situações, foram necessárias ações conjuntas entre órgãos humanitários internacionais e governos nacionais para o provimento de terras, amparo e financiamento aos trabalhadores. As adversidades geográficas, culturais, econômicas e sociais, que por vezes aproximam - como também distanciam - as colônias, interferiram diretamente nos rumos dos trabalhadores que permaneceram ou migraram para outros locais.

Ainda que o foco deste trabalho tenha recaído sobre os casos americanos e africanos por serem os mais notáveis de colonização agrícola, o fenômeno do refugismo esteve - e ainda está - presente em todos os continentes. Inúmeros casos de reassentamento, menores em proporção comparada aos citados no artigo, ocorreram não só com refugiados europeus, como também com diversas nacionalidades e em conjunturas variadas, a exemplo da fuga forçada em 1942 de hindus da Birmânia após a ocupação japonesa no território, juntamente com a posterior partição da Índia (1947) e o caso dos etíopes após a invasão italiana de 1935.²⁸

A presença destas pessoas em territórios diversos alterou e impactou a paisagem, o ambiente, o mercado de trabalho, a cultura, a sociedade e a economia. As origens distintas e as interações entre os nacionais fomentaram novas redes que rendem inúmeras oportunidades de pesquisa e tangenciam diferentes estudos, como os de produção, abastecimento alimentar, trabalho rural, trabalho em indústrias, prostituição, os encontros culturais, a política diaspórica e a circulação de conhecimentos. As histórias desses refugiados ultrapassam uma história de Estados-nações e, quando integradas em uma perspectiva global, permitem ampliar as visões sobre as motivações de conflitos e as ações delimitadas por organizações internacionais de amparo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, José F. de. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 1, p. 60-96, 2005.
- BANKO, Catalina. Un refugio en Venezuela: los inmigrantes de Hungría, Croacia, Eslovenia, Rumania y Bulgaria. **Tiempo y Espacio**, v. 26, n. 65, p. 63-75, 2016.
- BANKO, Lauren; NOWAK, Katarzyna; GATRELL, Peter. What is refugee history, now? **Journal of Global History**, p. 1-19, 2021.
- BALLINGER, Pamela. Entangled or 'extruded' histories? displacement, national refugees, and repatriation after the Second World War. **Journal of Refugee Studies**, v. 25, n. 3, p. 366-386, 2012.
- BASTOS, Sênia; PAIVA, Odair; SALLES, Maria R. Imigração e política imigratória no Pós-Segunda Guerra Mundial: perfil das entradas e trajetórias. In: BASTOS, Sênia; SALLES, Maria do R. R. (orgs.) **Imigrantes internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo / Universidade Estadual de Campinas, 2013.
- BENEDINI, Giuseppe F. Las Misiones de Asistencia Técnica y la emigración rural italiana en Latinoamérica (1950-1952). **Journal of Agriculture and Environment for International Development (JAEID)**, v. 107, n. 1, p. 115-141, 2013.
- BÖSE, Sama. Neue Wege zur Lösung der Flüchtlingsproblematik. Das donauschwäbische Siedlungsprojekt der Schweizer Europahilfe in Brasilien, 1949-1952. In: HUG, Peter; MESMER,

²⁸ Os casos podem ser consultados em: Kudaisya (1995) e Shadle (2019).

- Beatrix. **Von der Entwicklungshilfe zur Entwicklungspolitik**. Bern: Studien und Quellen - Etudes et Sources - Studi e Fonti, 1993, p. 157-174.
- BRENER, Jayme. **Tragédia na Iugoslávia**. Guerra e Nacionalismo no Leste Europeu. São Paulo: Atual, 1993.
- CAPUZZI, Lucia. **La frontiera immaginata**: profilo politico e sociale dell'immigrazione italiana in Argentina nel secondo dopoguerra. FrancoAngeli: Milano, 2006.
- CONNELL, John; MCMANUS, Phil. **Rural revival? Place marketing, tree change and regional migration in Australia**. London: Routledge, 2016.
- ELFES, Albert. **Suábios no Paraná**. Curitiba: [s.n.], 1971.
- GARTNER, Monique; KLANOVICZ, Jó. Suábios do Danúbio na Mata Atlântica do sul do Brasil: memória ambiental e paisagem. **Diálogos Latinoamericanos**, v. 24, p. 113-133, 2015.
- GIGLIOTTI, Simone. 'Acapulco in the Atlantic': Revisiting Sosúa, a Jewish Refugee Colony in the Caribbean. **Immigrants & Minorities**, v. 24, n. 01, p. 22-50, 2006.
- GINESY, Robert. **La Seconde Guerre Mondiale et les Déplacements de Populations: les organismes de protection**. Paris: Pedone, 1948.
- GOSSNER, Walter. **Agrária. Die Siedlung der Donauschwaben im Municip Guarapuava im brasilianischen Staate Paraná**. Bericht über die Ergebnisse der im Auftrage der Schweizer Europahilfe durchgeführten Untersuchung. Jundiaí. März 1952. Mimeo
- HUHN, Sebastian; RASS, Christoph. The Post-World War II Resettlement of European Refugees in Venezuela: A Twofold Translation of Migration. In: RAMIREZ, Gabriele; WARNECKE-BERGER, Hannes. **Spatialization Processes in the Americas: Configurations and Narratives**. Peter Lang GmbH: Internationaler Verlag Der Wissenschaften, 2018, p. 243-67.
- KUDAISSA, Gyanesh. 'The Demographic Upheaval of Partition: Refugees and Agricultural Resettlement in India, 1947–67,' **Journal of South Asian Studies**, n. 18, supplement issue, 1995.
- LINGELBACH, Jochen. **On the Edges of Whiteness: Polish Refugees in British Colonial Africa during and after the Second World War**. Oxford: Berghahn Books, 2020.
- MICHELZ, Johanna E. **Campesinato X Agricultura Capitalista em Entre Rios – 1951 a 1985**. Monografia. Guarapuava: Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras de Guarapuava, 1989.
- NOWAK, Katarzyna. 'We Would Rather Drown Ourselves in Lake Victoria': Refugee Women, Protest, and Polish Displacement in Colonial East Africa, 1948–49. **Immigrants & minorities**, v. 37, n. 1-2, p. 92-117, 2019.
- RIVAS AGUILAR, Ramón. Estado y desarrollo capitalista en Venezuela: 1936-1941. **Revista Venezolana de Ciencias Políticas**. Mérida, Venezuela. II, 3, pp. 361-420, 1989.
- REIMERS, David. Post-World War II immigration to the United States: America's latest newcomers. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 454, n. 1, p. 1-12, 1981.
- SALIS, André. **O Silêncio do Leste**: Refugiados do Stalinismo no Paraná - ucranianos, suábios e menonitas. São Paulo: e-manuscrito, 2023.
- SALLES, Maria do R. R. A política imigratória brasileira no pós-Segunda Guerra Mundial e os refugiados: uma leitura da Revista de Imigração e Colonização. **Cena Internacional**, v. 9, n. 2, p. 184-210, 2007.
- SANTOS, Rodrigo dos. Outra narrativa sobre os imigrantes do segundo pós-guerra: a representação dos suábios do Danúbio no periódico Diário da Tarde (1951-1972). **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 74, p. 150-176, 2022.
- SHADLE, Brett. 'Reluctant Humanitarians: British Policy Toward Refugees in Kenya During the Italo-Ethiopian War, 1935–1940. **The Journal of Imperial and Commonwealth History** 47, no. 1, 2019, p. 167–86.
- SPERANZA, Clarice. O Afluxo de refugiados e “deslocados de guerra” para as minas de carvão do Rio Grande do Sul ao fim da II Guerra. **Varia Historia**, v. 37, p. 565-590, 2021.
- STEIN, Marcos N. **O oitavo dia**: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios-PR. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2011.
- STEIN, Marcos N.; OLINTO, Beatriz A. O velho oeste transforma-se num celeiro agrícola: imprensa, colonização e historicidade entre refugiados da Segunda Guerra no Brasil (Guarapuava/PR). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, n. 2, p. e35171-e35171, 2020.

TAVUYANAGO, Baxter; MUGUTI, Tasara; HLONGWANA, James. Victims of the Rhodesian immigration policy: Polish refugees from the Second World War. **Journal of Southern African Studies**, v. 38, n. 4, p. 951-965, 2012.

TEMBO, Alfred. The Impact and Legacies of the Second World War in Zambia. In: JACKSON, Ashley. **National Perspectives on the Global Second World War**. London: Routledge, 2023. p. 116-132.

WARLIK, Wanda. **Displacement and the Second World War: Polish refugees in Africa**. 2019. Dissertation (Doctorate in History). University of Western Australia, Perth, 2019.

WEIZMANN, Herzel. **Italiani alla conquista della floresta**. Una colonizzazione promossa da italiani in Costa Rica: San Vito de Java, Milano, 1985.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Nathan Lermen: Doutorando em História Global. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, SC, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n - Trindade, Campus Universitário Trindade, 88040-900, Florianópolis - SC, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito, coleta e análise de dados, discussão dos resultados, revisão e aprovação: Nathan Lermen.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.



LICENÇA DE USO

© Nathan Lermen. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Jo Klanovicz.

HISTÓRICO

Recebido em: 9 de julho de 2022.

Aprovado em: 18 de agosto de 2023.

Como citar: LERMEN, Nathan. Deslocamentos transnacionais de refugiados europeus: o trabalho rural em colônias da América Latina e da África oriental. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 56, p. 69-84, 2024.

